

TRABALHO, PROGRESSO E A SOCIEDADE CIVILIZADA. AS PRÁTICAS MÉDICAS E AS FIGURAÇÕES DO SERTÃO MINEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior¹

RESUMO: O propósito deste artigo é compreender, através dos discursos e práticas médico-higienistas, as articulações entre os projetos de modernização que estiveram em curso no Brasil do final do século XIX, as representações acerca dos espaços interioranos do país e a produção imaginária do *trabalhador nacional*. Tentamos também narrar os modos pelos quais as elites da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais se apropriam criativamente dessas representações na tentativa de transformarem-se em agentes da modernização.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; sertão; Minas Gerais.

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand through the readings and hygienist-medical practices, the articulations between the modernization projects that were happening in Brazil in the end of XIX century, the representations about the country spaces and the imaginary production of “national worker”. We also try to relate the ways in which the elites of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba in Minas Gerais State comes closely and creatively to these representations trying to change themselves into agents of modernization.

KEYWORDS: work; wilderness; Minas Gerais

Afirmar pois que o ‘espaço é o lugar das figurações’ é ressaltar a inscrição mundana de nossas representações, é mostrar que nossos sonhos e nossas práticas cotidianas se enraízam e territorializam-se num húmus que é fator de socialidade. (Michel Maffesoli).

¹ Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Este artigo, com algumas alterações, faz parte de minha tese de doutoramento: *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*, desenvolvida no PPGHIS-UnB, sob a orientação da Profa. Diva do Couto Gontijo Muniz e defendida em agosto de 2008.

INTRODUÇÃO

A nascente República, com seu federalismo mitigado, carente de símbolos que expressassem a instauração de um novo tempo, encontrou no sertão uma imagem fértil para as interpretações acerca dos males do Brasil e um espaço singular, a partir do qual o pensamento social brasileiro produziu propostas de regeneração do povo e de construção da nacionalidade.

Nesse sentido, abordar as representações sociais do espaço do sertão significa uma tentativa de compreender a inscrição de uma historicidade sobre o lugar e os processos de formulação dos projetos políticos que deslocaram os olhares para o interior do Brasil. Entre as justificativas para a ocupação dos espaços interioranos do país e a intervenção nestes estavam: a necessidade econômico-financeira e a estratégia militar. Entretanto, sob a influência e participação direta da ciência médica em suas orientações higienistas e eugenistas, as elites brasileiras colocaram em perspectiva a criação de condições para o estabelecimento de uma identidade nacional brasileira, que se expressasse em sujeitos adaptados aos princípios do trabalho, ordem, progresso e civilização. O pressuposto que sustentou as ações violentas empreendidas com a mediação do Estado contra as classes populares e os violentos projetos reformistas de que elas foram objeto, se basearam na suposta ausência do povo, e no desejo – que alimentava os sonhos da classe dominante, como assinala a crítica de José Murilo de Carvalho – de informar uma “massa inerte, doente, analfabeta, que só poderia ser tratado de maneira paternalista, quando não autoritária e tecnocrática”².

O processo de desqualificação dos homens e mulheres pobres, empreendido pelas elites políticas, intelectuais e proprietárias, se atualizou a partir do final do século XIX. Sua determinação se baseou na observação direta, que construiu o espaço e o homem doente com mecanismos científicos renovados de diagnóstico e programa de tratamento que não fossem exóticos à realidade brasileira, de modo que o saneamento material e moral do país se realizasse pela força das verdades da ciência e da técnica.

Desse modo, este artigo empreende uma tentativa de compreensão das articulações entre as representações do homem e do espaço na instituição do mundo do trabalho e no processo de construção do trabalhador nacional, destacando as formulações da medicina social que colocaram as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na rota da urbanização civilizadora.

² CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, 2003.

Envolvidas por esse processo, suas populações se viram inseridas, conforme assinalou Francisco Foot Hardman, no drama da modernidade que

[...] constitui-se precisamente do choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional, na destruição sistemática desses espaço-tempos insulados, no esquecimento produzido pelo desencontro das linguagens, na lógica desestruturante das identidades comunitárias, na violência como apanágio legal do Estado.³

Nesse drama, o trabalho da Comissão Exploradora do Planalto Central e a chamada filantropia científica desempenharam papéis decisivos.

O SERTÃO NO CORAÇÃO DO BRASIL

Voltando-se para o interior do país, o presidente da República do Brasil, Floriano Peixoto, nomeou, em 1892, uma comissão encarregada, por determinação constitucional, de demarcar uma área de 14.400 km quadrados no território central do país, local onde seria instalada a nova capital do Brasil. Formou-se, então, a *Comissão Exploradora do Planalto Central*, liderada pelo astrônomo belga Luiz Cruls (1848-1908), cujo objetivo era

[...] proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. da região explorada e tudo o mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da vossa missão.⁴

Impulsionada por uma onda de otimismo, de percepção e crença no triunfo da ciência, a *Comissão* chegou até a cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, usando o transporte ferroviário, e daí seguiu até Pirenópolis no

³ FOOT HARDMAN, Francisco. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305; FOOT HARDMAN, Francisco. *O trem fantasma*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; COSTA, Ângela Marques da; SCHAWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914; no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴ INSTRUÇÕES de Antão Gonçalves de Faria Ministro de Obras Públicas ao Dr. Luiz Cruls. 17/05/1892 *apud* CRULS, Luiz. *Planalto Central do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 65.

lombo de burros e cavalos, cortando toda a região em direção ao rio Paranaíba, obstáculo hidrográfico entre Minas Gerais e Goiás. Feita a demarcação, o retorno dos homens de ciências, ao menos de um dos seus grupos, se fez por outra área do estado de Goiás, passando dessa vez pelas cidades de Morrinhos e Santa Rita do Paranaíba, atualmente Itumbiara, entre outras⁵.

Em seu relatório, o Dr. Luiz Cruls destacou os elementos de salubridade da região demarcada e do seu entorno, afirmando que seu sistema hidrográfico e clima permitiriam a instalação de uma cidade moderna e populosa, com perfeitas condições de saúde pública. Segundo ele, era uma região onde o imigrante europeu poderia aclimatar-se sem prevenções de higiene. As conveniências em ocupar estas zonas estavam evidentes tanto em virtude de sua salubridade quanto de suas riquezas naturais. O maior obstáculo seria a falta de trabalhadores capazes de explorá-las e de dar materialidade ao progresso do Brasil. Quanto às inconveniências, Cruls afirmava:

[...] acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso.⁶

Nos relatórios produzidos pelos vários cientistas que participaram da *Comissão*, evidencia-se o esforço de convencer os leitores, autoridades intelectuais e políticas quanto à viabilidade do projeto. Com efeito, não apenas a exposição dos dados científicos, mas também o traço retórico centrado na repetição das qualidades do sertão no que se refere às condições de habitação humana são evidências do esforço de dirimir os preconceitos em relação à região devassada.

Em seu relatório, o Dr. Antonio Pimentel, médico higienista, reclamava que ainda naquele tempo a região observada era considerada doentia, quente e inóspita. No entanto, ao contrário, tal região seria, segundo o autor, favorável aos europeus em razão da sua salubridade geral, de sua localização. Essas condições possibilitariam a instalação de um promissor comércio, interno e externo, além de assegurar uma perfeita defesa militar. Pimentel condenava

⁵ No retorno ao Rio de Janeiro, um grupo da *Expedição* partiu da cidade de Goiás, passando, como já disse, por Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba, Monte Alegre, Santa Maria e Uberaba; o outro grupo saiu da cidade de Formosa, passando por Almocafé (Serra Nova dos Cristais ou Cristalina), Catalão, Três Ranchos, Bagagem, Água Suja (Romaria) e Uberaba.

⁶ CRULS, Luiz. *Planalto central*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 107 et seq.

como pura fantasia, romance, aquelas imaginações que davam conta dos perigos da viagem, das dificuldades em se estabelecer comunicações com as zonas litorâneas, da presença de ferozes monstros nas matas e rios da região e de índios antropófagos⁷.

Observamos que o relatório não se ocupa apenas em descrever a área demarcada e destinada à nova capital. Toda a faixa interiorana, compreendendo parte de Minas Gerais e Goiás, tornou-se objeto do olhar atento dos exploradores. Sob os cuidados das ciências, as áreas do oeste mineiro, em especial as regiões do Triângulo Mineiro e, do outro lado do rio Paranaíba, o sul e sudoeste goiano, graças a seus recursos naturais, emergiram como possibilidades quase inquestionáveis nas propostas de construção da nova capital.

A ciência inventava uma região cujas terras eram férteis, o clima ameno, as riquezas naturais abundantes, as águas sempre salubres, o regime de chuvas propício para o cultivo agropecuário. Toda ela salubre, da *princesa do sertão* – a cidade de Uberaba – ao *centro*, área demarcada pela expedição denominada também de *Coração do Brasil*. O projeto de construção da capital se mostrava relacionado aos programas de construção da nação – preocupação predominante nos momentos iniciais da ordem republicana –, pelo menos em uma de suas vertentes, informada pelo projeto de interiorização como fator de integração nacional.

Nos relatórios da *Comissão Exploradora*, apresentava-se a visão binária de oposição entre sertão e litoral, barbárie e civilização, rural e urbano. Neles se percebe a importância determinante do meio ambiente na configuração do continente civilizado⁸. Notamos também a presença problemática da unidade territorial e da integração populacional como condições necessárias à construção da nação. Nesse sentido, foi ganhando força a representação que dava conta de um sertão atrasado, isolado, inculto, distante do centro dinâmico, mas não degenerado, portanto, essencial ao progresso⁹.

Assim, as representações da natureza sertaneja, completamente salubre, encontradas nos relatórios da *Comissão*, eram recorrentes no pensamento social e expressavam as influências românticas ao mesmo tempo em que possibilitavam a emergência de posições ambivalentes sobre as

⁷ RELATÓRIO do Dr. Antonio Pimentel. In: CRULS, *Idem*, p. 160, 166, 204.

⁸ ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão. Goiás – 1892 a 1912*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1996. p. 97, 98, 118.

⁹ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*; intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. p. 55 et seq.

suas efetivas virtudes e potencialidades modernizantes¹⁰. A historiadora Márcia Naxara, ao comentar a predominância da dicotomia cidade-litoral/campo-sertão, sertão/atraso, cidade/progresso nas descrições da exuberante e assustadora natureza brasileira, chama atenção para as dificuldades em se definir o sertão e para como os olhares do século XIX oscilaram entre a representação da natureza conhecida, mas ainda não dominada pelos homens. Segundo a autora,

Sertão, sertões, outro(s) pedaço(s) da natureza brasileira, parte do caleidoscópio, que aparece das mais diferenciadas e diversificadas formas, algo quase que indefinível ou mesmo indefinível e, talvez por isso, atraente – desconhecido – mais sentido do que propriamente apreendido pela razão e dominado pela palavra, prestando-se a representações estéticas de grande força plástica. Mesmo quando descrito, comporta uma variação enorme; são vários os sertões, representados simultaneamente por sertão, mundo meio sem fim que, na verdade, não é nem natureza virgem propriamente, mas também ainda não está sob o domínio completo dos homens e da civilização – lugar pouco ou mal conhecido e difícil de definir.¹¹

Em meio a essas dificuldades de definição, ao longo do século XX, as elites locais se apropriaram da perspectiva de modernização dos sertões e a apresentaram como o meio eficaz não apenas de suprir as muitas carências regionais, mas de transformar o espaço e seus habitantes em seres produtivos e civilizados.

O OESTE DAS MINAS NO CENTRO DO BRASIL

As elites do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se apropriaram das representações positivadas do sertão para reivindicar espaço nos arranjos políticos da República. Esse ponto de partida nos permite compreender o ataque a que procedeu o jornal *A Nova Era* quando a Câmara Federal

¹⁰ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país?. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2) p. 313-332, 2000; CARVALHO, José Murilo. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>.

¹¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004. p. 32.

retomou, no início do século XX, a discussão sobre a transferência da capital do país. O articulista argumenta que a República enfrentava problemas mais prementes, financeiros e produtivos e que, mesmo tratando-se de uma determinação constitucional, os parlamentares, os verdadeiros representantes do povo, deveriam colocar à margem tal projeto. Ao que parece, nos debates parlamentares a cidade de Belo Horizonte emergia como potencial candidata a abrigar a nova capital. Nesse sentido, observa-se que o jornalista mostrava-se contrário menos à mudança da capital para o interior e mais à sua transferência para Belo Horizonte. Para ele, o presidente Affonso Penna

[...] não deve consentir em semelhante medida, ainda mais quando já se falla, o que temos ouvido, que S. Exa. quer salvar a difícil situação que atravessa o nosso Estado fazendo Bello Horizonte capital da República. Sua Exa. não deve se expor a impopularidade e as censuras da maior parte dos brasileiros e mostrar que sabe colocar acima de tudo o bem estar de nossa querida pátria e que é, incontestavelmente um mineiro honrado e digno da posição que ocupa. Este é nosso humilde modo de pensar.¹²

A estratégia discursiva é interessante, pois o autor explicita as razões mais objetivas de sua censura à retomada do projeto apenas no parágrafo final, apropriando-se das representações acerca do caráter mineiro como forma de sensibilizar os seus leitores, em especial o presidente da República. Ou seja: o mineiro é imparcial e coloca os interesses gerais acima dos pessoais. Entretanto, o que está em jogo não é a definição de uma lista de prioridades ou a ação justa do chefe do poder executivo, e sim o possível deslocamento regional do projeto de construção ou transferência para a nova capital, o que implicaria retirar as áreas do oeste mineiro da rota do progresso.

Aproximadamente uma década depois, o projeto de transferência da capital federal volta à tramitação, dessa vez no Senado Federal. O jornal *A Tribuna* de Uberabinha, fazendo ressalvas à situação econômica difícil que atravessavam as finanças do país e às vultosas despesas que um empreendimento desse porte deveria acarretar, defende o projeto, explicitando, então, as razões do incômodo provocado em momento anterior quando se cogitou transferir a capital para a recém-construída Belo Horizonte. O articulista defende a transferência, argumentando que “[...] somos, todavia,

¹² MUDANÇA da Capital. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 25, p. 1, 22 jun. 1907. Acervo ArPU.

francamente favoráveis a ella pelo espantoso desenvolvimento que viria trazer ao interior do paiz, que affastado da grande cidade, só é lembrado para pagar impostos”¹³.

Esse argumento, do desequilíbrio entre a arrecadação de impostos que a produção de mercadorias na região proporcionava e a devolução em serviços e obras públicas, foi utilizado durante todo o século XX nos soluços de um ‘movimento separatista’ que visava à criação do Estado do Triângulo. Não obstante, notamos que a defesa da transferência para a capital se baseava no cumprimento do preceito constitucional e na promoção do desenvolvimento do interior do país – imagem indefinida – que a transferência implementaria. Portanto, para o jornalista, a “localização da Capital Federal em Goiás seria, já o dissemos, como um imenso foco electrico, de força de milhões de velas, a expargir, a irradiar a luz maravilhosa da civilização por todo o *hinterland* brasileiro”¹⁴, do Brasil Central, que “até agora [foi] esquecido, sem progresso, entregue a uma anemia política e economica asphixiante”¹⁵.

O coração do Brasil foi objeto de preocupação de *A Tribuna* em outros artigos publicados entre 1919 e 1920. Propondo algumas retificações ao projeto do senador Hermenegildo de Moraes – que visava a regulamentar o projeto de construção da nova capital em território de sua representação –, o articulista situado em Uberabinha reconhece que

[...] nada há mais digno de louvores, neste momento, do que pugnar por esse grandioso ideal que vem resolver de uma feita o problema da nossa independencia economica.

Não se cansa a imprensa e o parlamento de proclamar o Brasil paiz essencialmente agricola e disso facilmente se convence aquelle – mesmo mau observador –, que percorre o interior do nosso paiz.

A solução *de todos* os nossos *maximos* problemas está na construcção de vias ferreas facilitando a communição entre os Estados e mais rapidamente com o litoral.

O Brasil pode ser o celloiro do mundo, tanto mais actualmente que a immigração se apresenta à escolha em os nossos portos. Possui o paiz as terras

¹³ A MUDANÇA da Capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 19, p. 1, 7 dez. 1919. Acervo ArPU.

¹⁴ A MUDANÇA da Capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 19, p. 1, 7 dez. 1919. Acervo ArPU.

¹⁵ *Ibidem*.

mais férteis do mundo e elas esperam ansiosas que lhe atirem apenas a semente com que há de fazer a emancipação financeira da nação que não os soube ainda fecundar.¹⁶

Terra fértil, em que tudo se plantando dá. O reconhecimento da vocação haveria de engrandecer o país por intermédio das áreas interioranas. Para o articulista, a natureza exuberante e generosa cultivada pelo “caboco [que] é trabalhador e forte”, reverteria os desalentos em que viviam as populações sertanejas. Os entraves para o desenvolvimento econômico eram assinalados nas dificuldades de comercializar a sua produção. As altas taxas dos fretes limitavam o mercado consumidor dos produtos agropecuários, com potencial de expansão, às populações regionais. A construção de ferrovias interligando as áreas sertanejas entre si e aos grandes centros urbanos era vista como solução ampla “que resolve em continuidade todos os máis, como o da higiene, o do analfabetismo e tantos outros”¹⁷. Mesmo que as despesas do empreendimento fossem muito altas, o jornalista entendia serem os “gastos que formariam o ACTIVO, um milhão de vezes resgatado com a tributação do COLLOSSO industrial, commercial e agrícola”¹⁸.

O jornal ainda classificava como antipatrióticos os que colocavam obstáculos ao processo de civilização das terras interioranas, pois “tão necessária, de tanto valor e vantagem essa medida, que a nação em breve há de reconhecer, como um crime de lesa patria o desrespeito ao que sabia e elevadamente estatue a carta Fundamental da República”¹⁹.

Comentando a resistência dos parlamentares em aprovar a instalação da capital de acordo com o cumprimento da norma constitucional *A Tribuna* é imperativa ao assinalar que

O Brasil não sahirá do cháos em que o metteram senão pelo presto desenvolvimento de estradas de ferro pelo interior dos estados pelo aproveitamento rapido e real do carvão de pedra, do petroleo, do ferro, da hulha branca e tantas magnificas riquezas mais que o paiz fartamente possui.

¹⁶ A CAPITAL em Goyaz. Um gesto louvavel do senado da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, p. 1, 14 dez. 1919. Acervo ArPU.

¹⁷ A CAPITAL em Goyaz. Um gesto louvavel do senado da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, p. 1, 14 dez. 1919. Acervo ArPU.

¹⁸ *Ibidem* (destaques no original).

¹⁹ *Ibidem*.

Para atingirmos tal situação de prosperidade, a nosso ver, bastaria tão somente que levassemos para o coração do Brasil, o dynamo possante e influente, civilizador, estimulante e saneador – a capital da República.

Esse facto, alem de reconhecidas vantagens estrategicas, commerciaes, industriais e sobretudo agricolas, viria abrir ao paiz, dentro em pouco, os grandes mercados do Pacífico.

Irradiam desse foco de luz todas as energias e, retalhadas de estradas de ferro as fronteiras do nosso sertão, descoberto esse novo mundo no seio do Brasil, as riquezas inegalaveis do colosso não mais seriam cantadas em verso... mas, contados com a logica inconfudivel dos arabicos signaes do sr. Antonio Trajano.²⁰

O sertão vai sendo investido de forças regeneradoras, eixo sobre o qual o progresso gira e a civilização se expande. Desse modo, diante da dificuldade de construir uma nova cidade no interior, o articulista não via obstáculos para que se fizesse a “mudança da capital da República para Bello Horizonte, cidade já construída segundo todas as regras da technica”²¹. Entretanto, fazendo coro com um órgão de imprensa do Rio de Janeiro, o diário *O Jornal, A Tribuna*, jornal de Uberabinha, ressaltava as semelhantes condições geográficas e climáticas do Triângulo Mineiro em relação ao quadrilátero escolhido, destacando as

[...] incontestáveis vantagens: grandes mattas de madeira de lei; fontes abundantes e altamente situadas, proximidades de dois grandes rios [...]. Se o projecto se tornar em realidade, e se for preferido o uberrimo solo mineiro ao chão goyano, o futuro territorio federal contará desde já, dentro do seu perimetro, com uma população activa e emprehendedora.²²

Às qualidades naturais do sertão se juntariam as representações positivas das populações sertanejas, especialmente as das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse espaço, a ciência emergiria como fator de superação dos obstáculos à ordem, ao progresso e à civilização.

²⁰ A CAPITAL da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 16, p. 1, 28 dez. 1919. Acervo ArPU.

²¹ A NOVA capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 17, p. 1, 4 jan. 1920. Acervo ArPU.

²² *Ibidem*.

O SANEAMENTO DOS SERTÕES

Antes mesmo que o higienismo se configurasse em política de saúde pública e de regeneração social, as populações do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba explicitavam demandas por medidas de saneamento que melhorassem o viver urbano. Essas demandas retratam o avanço da urbanização e a necessidade de evidenciar os índices de civilização. Havia também a presença, nessas localidades, de médicos e farmacêuticos, formados entre o final do século XIX e início do século XX, e que procuraram desenvolver junto às populações ações de saúde preventivas.

Em Patos de Minas, as demandas por medidas de saneamento foram apresentadas desde a primeira década do século XX. Os órgãos de imprensa da região registravam as reclamações, sobretudo dos médicos, por ações que deveriam ser implementadas pelas pessoas de bem da cidade e levadas ao conjunto da população, com a participação do Estado. Nesse sentido, o Dr. Rodrigues, clamando pela construção de um abrigo aos desvalidos como medida de desinfecção da cidade, fazia um apelo, pois

Já que todos aqui gritam a um progresso material cuja iniciativa está com S. Exca., o humilde companheiro de retaguarda vem lembrar a construção de uma pequena casa de caridade debaixo de cujo tecto venham buscar lenitivo os desprotegidos da sorte, aquelles que attingidos de molestias infecto contagiosas, vivem contaminando a cidade, na triste profissão de pedintes; estamos certos que o pessoal desta cidade não se negará absolutamente a dar um obulo em favor destes infelizes; estamos certos que a Câmara Municipal não negará auxilio; si a construção do matadouro e do cemiterio eram medidas urgentes e necessarias para o saneamento publico, mais urgente e mais necessario que tudo é a casa de caridade; é preciso curarmos um pouco daquelles que carregados de doenças não tem um pedaço de pão para matar a fome, nem quinhentos reis para comprar um purgante; estamos certos que o governo do estado subvencionará a casa de caridade, si nós a fundarmos; mãos a obra, portanto meus irmãos, em prol dos desgraçados.²³

Com efeito, o desejo de sanear as cidades e de fazê-las progredir moralmente possibilitava que se articulassem, no projeto modernizador, os saberes

²³ RODRIGUES, Euphrasio J. Progresso Material. *O Trabalho*, Patos de Minas, p. 1, 15 mar. 1908. Acervo LEPEH.

científicos e os religiosos. Assim se justificava a necessidade de descontaminação das cidades, asilando parte de sua população doente, aquela que não podia obter o sustento material com o suor do próprio rosto, com motivos sensíveis ao assistencialismo cristão.

A produção de diagnóstico acerca dos problemas das cidades não se limitou a propor tratamento aos desprotegidos. Podemos observar que a água se tornou o centro das questões de saneamento que se apresentavam à população da região. Apesar da propalada abundância proporcionada pelos caudalosos rios que banhavam o território, o serviço público de abastecimento de água potável demorou muito a se estruturar. À água insalubre se atribuíam os problemas que afetavam homens, mulheres e crianças da região. Assim, o jornal *A Nova Era*, em 1907, assinalava que

As perturbações gastro-intestinais, tem sempre por causa principal – os grandes calores, o abuso e a má qualidade de nossa alimentação, a impureza da água que ingerimos [...] Os abalisados clínicos tem mostrado em todos os tempos, que a agua é um dos principaes vehiculos de uma infinidade de molestias endemicas e contagiosas, quando ella não é pura desde a sua origem até ao ponto de ser utilizada.

Sem conhecimentos alguns da sciencia medica, inteiramente leigo no que diz respeito a medidas prophylaticas, tem despertado seriamente a minha attenção um facto frisante, claro e muito patente: depois que entrou a estação chuvosa tem grassado nesta cidade uma molestia gastro-intestinal, tanto nos adultos, quanto nas crianças, tendo sido grande a mortalidade nestas ultimas cujos organismos não resistem a enfermidade que as aniquila, lenta e progressivamente, causando-lhes por consequencia a morte.²⁴

Percebia-se que, entre outras coisas, uma cidade para prosperar necessitava de fontes de água abundantes e de qualidade. Os melhoramentos das cidades deveriam atentar para valores estéticos e higiênicos. O embelezamento, “aformoseamento da cidade [deve] proporcionar aos habitantes e forasteiros, commodidade, hygiene e agradável e atrahente aspecto”.²⁵ Desse modo, qualquer indício de iniciativa pública ou particular de instituir um serviço regular de água era comemorado. Assim, *O Progresso* anunciava: “[...] teremos daqui

²⁴ SAÚDE PÚBLICA. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 5, p. 1-2, 30 jan. 1907. Acervo ArPU.

²⁵ PELA CIDADE. *O Progresso*, Uberabinha, n. 19, p. 1, 26 jan. 1908. Acervo ArPU.

a pouquinho abastecimento d'água potável à população; está ao alcance de quantos habitam Uberabinha, avaliar as vantagens desse tentamem".²⁶

De Patos de Minas, Julio Floro discorria sobre os benefícios de se canalizar a água potável.

Segundo dizem tratadistas da materia, sendo um dos principaes factores da hygiene a agua, ella, si pura, concorre para a eliminação ascendente das epidemias; si ruim, empossada, sem ar e luz, tal como a de nossas cisternas, é um factor de multiplas enfermidades, que se vão surgindo a pouco e pouco [...].²⁷

O problema do saneamento e as soluções apresentadas iam além da necessária canalização da água. A intenção de moralização das práticas, expressa nas páginas dos jornais, sinalizava o modo como os habitantes remediados se relacionavam com as ruas que, nas palavras de *O Município*, tornavam-se “reservatorio immenso em que todos os habitantes lançam detricos domésticos. Desde os papeis, até os ciscos das habitações, as aguas servidas, restos podres dos fundos de armazem; tudo enfim, tudo que apodrece e fede é lançado no meio da rua, que apresenta sempre um aspecto repugnante e nauseabundo”²⁸. Os córregos e ribeirões que abasteciam as cidades também recebiam ‘a podridão’, situação que se agravava no período de chuvas, colocando percalços à captação de água salubre.

Obstáculos interpunham-se à utilização das águas de cisternas, entretanto, a fragilidade dos serviços de abastecimento – que fazia deles mais a expressão de um privilégio do que um direito coletivo – impedia que elas se extinguissem. Nos períodos de seca, que se estendia de maio a agosto, as casas que não possuíam suas fontes eram obrigadas a comprar latas de água²⁹.

Havia, ainda, que se extinguir outros hábitos, como o da criação de porcos, cabras, cavalos e bois que, na visão de jornalistas e médicos, eram práticas “inconvenientes que muito prejudicam o asseio e a esthetica da Cidade”³⁰. Era necessário estar sempre alerta, pois

²⁶ ABASTECIMENTO d'água. *O Progresso*, Uberabinha, n. 43, p. 1, 12 jul. 1908. Acervo ArPU.

²⁷ ÁGUA? *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 3, p. 1, 2 dez. 1906. Acervo LEPEH. Ver também: ABASTECIMENTO d'água potável. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 8, 9 nov. 1905. Acervo LEPEH.

²⁸ A PODRIDÃO. *O Município*, Uberaba, n. 95, p. 1, 2 ago. 1905. Acervo HH.

²⁹ CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano*. Uberabinha/MG – 1890-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 85 et seq.

³⁰ PELA LIMPEZA da cidade. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 17, p. 3, 2 maio 1915. Acervo AOM.

A obra de saneamento, que tanto trabalho, tempo e dinheiro consumiu, lá se vae pelos ares, se continuar a tolerancia e a indulgencia da parte daquelles que são encarregados de conserval-a. O problema da prophylaxia, estava resolvido, canalizou-se a agua, prohibiu-se o plantio de arroz nas visinhanças da cidade, acabou-se com os chiqueiros, extinguiram-se os lodaças, e o povo vio os effeitos beneficos e salutaes dessas medidas.³¹

As práticas de saneamento, ao que parece, enfrentaram mais dificuldades em se estabelecer do que o artigo do jornal permite supor. Contudo, os olhares médicos identificavam outros perigos. Como assinalou Georges Vigarello, numa “ambição complexa e totalizadora ao mesmo tempo, uma vez que, do asseio da rua ao das habitações, do asseio dos aposentos ao dos corpos, o objetivo não é outro senão transformar os costumes dos mais desfavorecidos”³².

Entre as medidas relativas ao enfrentamento do problema da higiene, ganhava destaque a que dizia respeito à disseminação dos filtros de água³³. Mas, como sempre, havia a insistente solicitação para que as autoridades operassem, fazendo cumprir a legislação em vigor e reprimindo os infratores, investindo também na educação como veículo de introjeção dos hábitos higiênicos e civilizados. Um perseverante articulista de Patos de Minas, reconhecendo que pregava no deserto, assinalava que a “higiene e a instrução são indispensáveis para o progresso de um povo; forma a base fundamental do bem estar geral”³⁴.

Na apropriação dos princípios higiênico-sanitaristas, efetuada pelas elites da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, manifestava-se uma particularidade. Ao contrário da intenção dos médicos, que projetavam a campanha regeneradora com base numa ação política centralizada e unificada, capaz de diminuir a força dos poderes locais, em Uberabinha quem anunciou, em 1921, a chegada do Posto Rural de Profilaxia foi João Severiano

³¹ CHIQUEIROS de porcos dentro da cidade. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 79, p. 1, 30 jul. 1916. Acervo AOM.

³² VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 211.

³³ A HIGIENE em Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 67, p. 1, 7 maio 1916. Acervo AOM.

³⁴ PELA HIGIENE e pela instrução. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 8, p. 1, 6 jan. 1907. Acervo LEPEH.

Rodrigues da Cunha, ocupante do cargo de agente executivo (prefeito) desde 1912. Procurando assinalar o seu poderio político, endossado pelas forças políticas, federais e estaduais, Cunha afirma que

Quando Olavo Bilac tocava a reunir as mocidades das escolas, pregando-lhes a passagem obrigatória pela caserna como único meio de erguer este immenso paiz ao nível a que elle faz juz, pela sua cultura, pela sua riqueza, pela sua extensão, Miguel Pereira rodeado pelo que temos de mais selecto na sciência medica, proclamou na Academia de Medicina, que este paiz era um immenso hospital, onde a maioria da população, no interior, se quedava na maior indifferença, atacada pelo impalludismo, vencida pelo ankylostomiase, attingida pela doença de chagas numa impotência absoluta para lutar e vencer...

Encarando, antes de tudo, a saúde pública como maior bem a zelar, julguei ser obra de patriotismo solicitar do governo estadual, que neste afan deu as mãos ao governo federal, a criação de um posto de profilaxia neste município, e para isso lancei mão dos recursos de que podia dispor [...] quer me parecer que o serviço que o posto de profilaxia rural vai prestar a Uberabinha será enorme. Além de subordinar a esta cidade vários municípios, elle cuidará de todos os doentes de anquilostomiase, impaludismo, moléstia de chagas, morphéia, etc. Cuidará dos serviços de higiene tão descurados entre nós, exercendo neste meio a inspecção permanente e activa sobre o exercício da medicina, de pharmácia e dos gêneros alimentícios.³⁵

Rodrigues da Cunha, farmacêutico, revelava uma percepção atualizada dos problemas relativos à saúde pública e mostrava-se solidário com o projeto sanitaria e atento às medidas adotadas pelo governo da República, que contava, em Minas Gerais, com a participação decisiva da Fundação Rockefeller. Esta, nas décadas de 1910 e 1920, associada ao Instituto Oswaldo Cruz, implementou o modelo de filantropia racional no combate às doenças que afligiam as populações sertanejas, contribuindo para estruturar os

³⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 8 jan. 1921. Uberabinha, 1921. Livro 16, p. 76-77. Acervo ArPU. O relatório apresentado aos vereadores foi publicado no jornal *A Tribuna*, Uberabinha, n. 71, p. 1, 16 jan. 1921. Acervo ArPU.

serviços de saúde pública, urbana e rural³⁶. Na perspectiva do prefeito, não se tratava apenas de curar os doentes transformando-os em trabalhadores úteis, fazia-se necessário assegurar atendimento médico permanente, através da propagação da ciência e da vigilância ao exercício da medicina, evitando que o charlatanismo e superstição trouxessem de volta todo o processo de contaminação³⁷.

As questões se diversificavam. O que era um problema de saúde foi se constituindo também num problema de atuação profissional, prescrevendo-se uma interdição das práticas médicas populares por intermédio das representações da ciência. Alertando os agricultores para o desenvolvimento dos conhecimentos médicos, o jornal *Cidade de Patos*, a despeito da incidência de cobras venenosas na região, assinalava que

Os que se *curam* sem o emprego do serum, com os remedios empiricos, extravagantes e as rezas, é porque nem todas as cobras são venenosas e nem sempre as que são, inoculam o virus na mordedura; ficariam curados do mesmo modo, se nada lhes tivesse sido administrado.

Assim, os nossos agricultores devem aproveitar de mais esse meio heroico que lhes proporciona a sciencia para lutar contra os males que os rodeiam, e ameaçam a cada paso, ao envez de se entregarem, a si, aos seus filhos e aos seus auxiliares, à crassa ignorancia e à má fé dos embusteiros desenfreados, que por ali vivem a explorar a ingenuidade da nossa população rural, com o couro de lobo, os passes, as orações e as garrafadas maravilhosas.³⁸

A constituição da ciência médica, instaurando a legitimidade de suas prescrições, operava a desqualificação de todos os outros saberes que escapavam aos seus paradigmas. A disputa não se resumia a um confronto entre médico e farmacêuticos profissionais de um lado, e médicos e farmacêuticos práticos de outro, nem se restringia ao estabelecimento de um mercado de serviços de saúde. As intervenções e interdições insidiosas visavam ao contro-

³⁶ MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, v. 22, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2004.

³⁷ CASTRO, Erich Dorian; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Em busca de uma política de saúde: a disciplinarização dos corpos. Uberlândia, 1903-1921. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 27/28, p. 201-229, jul./dez. 2002; jan./jun. 2003.

³⁸ UM PROBLEMA de saúde pública. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 103, p. 1, 18 fev. 1917. Acervo AOM.

le e à normalização das práticas sociais urbanas ou rurais sob as prescrições médicas, fundamentadas na verdade cientificamente produzida.

Em Minas Gerais, no final da década de 1920, foi elaborado um arcabouço jurídico-legal baseado nas formulações da medicina social, visando a estruturar o serviço de saúde no estado, ao mesmo tempo em que criava condições institucionais de intervenção minuciosa no cotidiano das populações.

Bias Fortes, reconhecendo a pertinência e a legitimidade dos temas que envolviam a questão da saúde pública, procurava convencer a população

[...] de que habitamos um paiz relativamente novo e cuja raça ainda em constituição, mais do que qualquer outra nacionalidade, nos impõe o dever imperioso de, confiantes nos processos scientificos hodiernos, dar combate sem treguas aos multiplos factores que concorrem para a degeneração da raça, procurando afastal-os completamente do nosso meio, ou então, quando de todo impossivel, attenuar-lhes a influencia perturbadora.³⁹

Explicitando a dimensão eugenista da intervenção proposta, traço compartilhado por muitos sanitaristas daquela época⁴⁰, Bias Fortes defendia ser imprescindível

[...] sanear o meio em que o homem vive [...] organizar a defesa contra as epidemias e mover guerra às endemias reinantes em extensas zonas do nosso Estado, onde se encontram justamente as terras mais ferazes e para onde confluem, como é natural, grandes massas de trabalhadores, quer nacionaes, quer estrangeiros, os quaes, logo ao chegar, tem reduzido pela molestia o seu coefficiente de actividade no trabalho, com sérios prejuizos para a fortuna publica e consequentemente para o nosso desenvolvimento economico; zelar pela formação eugenica do nosso povo.⁴¹

³⁹ BIAS FORTES, José Francisco. Exposição de motivos. In: REGULAMENTO de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1928. p. 9.

⁴⁰ LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Un estudio de la Revista Saúde (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP/Organización Pan-Americana de la Salud, 1996. p. 135-158; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 43-66.

⁴¹ BIAS FORTES. *Op. cit.*, p. 9-10.

O projeto modernizador presidido pelos sanitaristas e sua preocupação com a produção do trabalhador nacional, acrescidos das preocupações dos eugenistas com a melhoria da raça, balizaram a elaboração de um total de 1.290 artigos, organizados em nove capítulos, que apresentavam desde a estrutura funcional do sistema de saúde que se queria implantar, com suas devidas atribuições, até artigos em que se estabeleciam os percursos dos diagnósticos, a profilaxia e a terapêutica, capazes de manter saneada a população do estado. Com efeito, a nova legislação oferecia instrumentos de intervenção sobre os costumes, sobretudo das populações sertanejas, proibindo a construção de casas com paredes barreadas e cobertas de capim para evitar a propagação da doença de Chagas, permitindo a demolição daquelas habitações que estivessem fora do regulamento⁴²; recomendava cuidados especiais aos suspeitos de portarem doenças venéreas⁴³; determinava a organização do serviço de captura e matança de cães para evitar a disseminação da raiva⁴⁴; regulamentava o processo de construção e reforma de edifícios destinados às indústrias; determinava que nas fábricas deveria haver “lavatórios providos de sabão líquido ou suspenso, com torneiras em número de uma para cada grupo de 20 operários”, estabelecendo, inclusive, que as mulheres em gestação, e que trabalhassem em estabelecimentos industriais ou comerciais, teriam direito a um ‘reposo’ de trinta dias antes e depois do parto⁴⁵. Regulamentava ainda a utilização das águas, a venda de carnes, a confecção de gêneros alimentícios, bebidas alcoólicas, as construções de habitações e escolas, teatros, e o exercício profissional de farmacêuticos, médicos, dentistas e enfermeiras.

Interessante ressaltar essa aproximação entre higienistas e eugenistas. Essas duas práticas intervencionistas, aparentemente, possuíam princípios distintos, o que não impediu sua aproximação e uma reação favorável em relação à eugenia, “que foi saudada como uma nova ciência capaz de introduzir uma nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento médico da raça humana”.⁴⁶ Ainda que no Brasil da década de 1920 a eugenia fosse

⁴² REGULAMENTO de Saúde Pública, Art. 494, 498, p. 92.

⁴³ REGULAMENTO de Saúde Pública, Art. 506, p. 94.

⁴⁴ *Ibidem*, Art. 527, p. 96.

⁴⁵ *Ibidem*, Art. 529 a 576, p. 96 et seq.

⁴⁶ STEPAN, Nany Leys. *A hora da Eugenia*. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 57. Importante lembrar que Gilberto Freyre registra o enfraquecimento das explicações sociais baseadas no clima em razão dos experimentos higienistas. Freyre também critica os eugenistas nos seguintes termos: “Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das

identificada ao saneamento e não ao racismo propriamente dito, suas proposições hoje consideradas pseudocientíficas desempenharam papel decisivo na questão da miscigenação, da reprodução humana e das políticas de imigração, evidenciando as preocupações com as transmissões da hereditariedade que reapareceriam com o recrudescimento da questão racial⁴⁷.

Mas, vejamos: detalhamento minucioso da legislação expressava a perspectiva de implementação da administração científica que sonhava despolitizar a vida cotidiana, controlando-a em seus menores detalhes⁴⁸.

O *Regulamento* surpreende pelo nível de detalhamento e, apesar das distâncias e das dificuldades de comunicação, não é improvável que as autoridades das regiões do Triângulo e Alto Paranaíba tivessem tido acesso ao seu conteúdo. Entre conhecê-lo e aplicá-lo, porém, havia uma longa distância. Não temos dúvidas a respeito da incapacidade – política e financeira – dos governos estadual e municipal em fazer com que ele fosse cumprido⁴⁹. En-

senzalas. Natural que dos escravos descendam elementos dos mais férteis e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes. É que sobre eles principalmente é que tem agido, aproveitando-se da sua fraqueza de gente mal alimentada, a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses, a sífilis, a boubá. E quando toda essa quase inútil população de caboclos e brancarrões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica, se apresenta no estado de miséria física e de inércia improdutiva em que a surpreenderam Miguel Pereira e Belisario Pena, os que lamentam não sermos puros de raça nem o Brasil região de clima temperado o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos para sempre danosos, de brancos e pretas, de portugues com índias. É da raça a inércia ou a indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentenciam-se de morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte na zona de clima quente” (Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 14, 34, 35). Nos debates da Constituinte de 1934, circularam propostas de emenda elaboradas por Artur Neiva, Miguel Couto, entre outros, que propunham a proibição completa da imigração de negros e asiáticos, ou sugeriam, em posições moderadas, o estabelecimento de um regime de cotas para a entrada no Brasil. As palavras de Artur Neiva têm força sintética em relação ao pensamento social brasileiro daquele tempo: “Se não queremos maior influxo de sangue negro ou amarelo, tal atitude não é proveniente do preconceito racial, mas porque desejamos formar no futuro uma civilização brasileira branca” (Cf. NEIVA, Artur. *A imigração semita no Brasil*. *Revista de Imigração e Colonização*, 4 (2), p. 407, jun. 1944 *apud* LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986. p. 120). Ver ainda: SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁴⁷ Ver SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 16, supl. 1, p. 249-264, 2009.

⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35 et seq.

⁴⁹ O historiador Francisco Iglesias procurou mostrar as dificuldades econômico-financeiras do estado de Minas Gerais que impediram, durante a Primeira República, a implementação

tretanto, ela, a lei, se mantinha disponível, exposta ao jogo de interesses que revelavam, neste caso, ser “a maior de todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência”⁵⁰.

As ações que as elites procuravam implementar no sentido da modernização encontravam-se presididas por significados e expectativas tradicionais, isto é, de preservação dos interesses pessoais e clientelistas. Essas mesmas elites, intelectuais, políticas e proprietárias, em meio à experiência da modernidade, procuravam retomar o controle do fluxo do tempo, dos corpos, dos espaços, tendo em vista impor à transformação um sentido de reforma concedida. Do alto de suas perspectivas, tornava-se imprescindível restituir ao curso da história as marcas da continuidade, da linearidade e da previsibilidade – elementos naturalizantes da exploração, da exclusão social e de práticas autoritárias.

A seu modo, também as classes subalternas em luta se abriram aos agenciamentos, às negociações, procurando proteção diante da fugacidade e transitoriedade do tempo presente. Estabeleceram acordos preservando espaços de relativa autonomia na condução cotidiana de suas existências, tentando uma aproximação entre suas experiências e expectativas. Assim, o imaginário social do trabalho, em formação nas primeiras quatro décadas da República, estruturou seus conteúdos e seus contornos através de representações, imagens, símbolos e significações sensíveis à mentalidade das classes dominantes e subalternas. Entretanto, nunca é demais dizer, as experiências, os interesses e expectativas muito diversos, quando não antagônicos, criaram um ambiente saturado de conflitos e tensões, obrigando as elites a reafirmarem constante e pormenorizadamente os valores, os costumes e os símbolos que veiculavam as representações do seu modo de ser no mundo, instando à sociedade caminhar em direção a um *consenso moral*⁵¹ a respeito das questões do trabalho e da propriedade, da ordem e do progresso.

de soluções para os problemas infraestruturais, o que representa uma das dimensões que dificultam, quando não mudam o rumo, a aplicação das propostas materializadas nos projetos políticos. Ver: IGLESIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas, 1982, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 115-144.

⁵⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 338.

⁵¹ THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 86.

O DOENTE SE TRANSFIGURA EM *TRABALHADOR NACIONAL*

Progresso e civilização são expressões que foram revestidas de uma aura universal. Entretanto, se o consenso se dá, ele é sempre frágil em razão das formas criativas de apropriação que a cultura – modos de vida – opera. Isso impele as forças da dominação a estarem sempre em marcha, tentando sujeitar as resistências.

Alcir Lenharo, comentando os projetos de colonização do centro-oeste brasileiro desenvolvidos no governo Getúlio Vargas, destaca seus objetivos e características, assinalando:

A ‘Marcha...’ foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente. A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o ‘novo’ implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida.⁵²

O mundo do trabalho que se instituía, material e simbolicamente, nos sertões mineiros se expressava por meio das representações da conquista, ocupação e transformação. As elites da região, principalmente as localizadas no Triângulo Mineiro, participaram ativamente dessa nova marcha para o oeste. Modernização caminhante que fez submergir práticas, sonhos, expectativas e projetos, que em certo tempo anunciaram como possível outra ordem.

⁵² LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986. p. 18; NAXARA, Márcia R. C. ‘Encantos’ e ‘conquistas’ do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. In: GUTIÉRREZ, Horácio *et al.* (Org.). *Fronteira, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho D’água, 2003. p. 225-248.

No século XX, ainda persistiam as visões dicotômicas, polarizadas, sobre o sertão, incapazes de conter sua complexidade e diversidade. Imagens tributárias e que reiteravam a perspectiva de Euclides da Cunha, homem informado pelo ideário do progresso e civilização, para quem estávamos “condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”⁵³, dizia ele. Apontando para a possível superação dos dilemas sociais e políticos provocados pelas teorias raciais, Cunha se ocupava em pensar um Brasil único⁵⁴. O historiador Nicolau Sevcenko, ao analisar as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, comenta que

Revelava-se nas suas obras o mesmo empenho em forçar as elites a executar um meio giro sobre os próprios pés e voltar o seu olhar do Atlântico para o interior da nação, quer seja para o sertão, para o subúrbio ou para o seu semelhante nativo, mas de qualquer forma para o Brasil, e não para a Europa.⁵⁵

A perspectiva dos autores visava à conformação da nacionalidade mediada pela civilização, o que colocaria sertão e litoral no mesmo ritmo. Como assinala Lúcia Lippi, para Euclides da Cunha,

[...] o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo ‘aqueles rudes compatriotas retardatários’.⁵⁶

Ações empreendidas pelo Estado trariam os retrógrados à civilização. Esse olhar que se desloca do litoral para o sertão, da Europa para o ‘coração do Brasil’, e que se apropria criativamente dos paradigmas científicos se apresentava como condição de conhecimento e crescimento do país nas décadas de 1910 e 1920, com a emergência do movimento sanitarista em que o Brasil aparecia caracterizado como um grande hospital e um vasto sertão⁵⁷.

⁵³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 84.

⁵⁴ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, 1998.

⁵⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 145.

⁵⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, 1998. p. 201. Suplemento.

⁵⁷ HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento

Nesse sentido, as ações de Miguel Pereira, Belisário Pena e Artur Neiva foram decisivas no processo de redefinição e ressignificação dos sertões do país. O célebre discurso de Pereira desloca o problema do atraso brasileiro em relação ao progresso de outras nações das determinações climáticas, raciais e geográficas, para o diagnóstico de que o Brasil era um país doente, com autoridades públicas e governamentais ineficazes e pouco sensíveis frente às epidemias que assolavam nossas populações rurais. Segundo Pereira,

[...] fora do Rio ou de São Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas ou outras cidades em que a previdência superintende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, ... ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro redentor, a arma defensiva.⁵⁸

A doença, o isolamento e a ignorância eram os fatores que impediam a ‘brava gente’ de se transformar em trabalhadores produtivos e educados, capazes de se reconhecer integrados à nação. Foi sob essa lógica que a Ex-

sanitarista da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 217-235, 1998. Suplemento; ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão. Goiás – 1892 a 1912*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

⁵⁸ PEREIRA, Miguel. 1922 ‘O Brasil é ainda um imenso hospital – discurso pronunciado pelo Prof. Miguel Pereira por ocasião do regresso do Prof. Aloysio de Castro da República da Argentina, em outubro de 1916’. *Revista de Medicina – órgão do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz/Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, v. VII, n. 21, p. 3-7 *apud* HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 220, 1998. Suplemento.

pedição pelas regiões norte e centro-oeste do Brasil, dirigida por Artur Neiva e Belisário Pena, realizada em 1912, produziu um diagnóstico sombrio a respeito das populações interioranas. Com efeito, foram registradas ali as razões do atraso do país, fruto de uma população infectada pela malária, doença de Chagas, anquilostomose (doença da preguiça) – a tríade maldita que inutilizava braços para o trabalho e inviabilizava a condição primeira para o progresso de uma nação. Propondo-se a mostrar para a sociedade brasileira um retrato, fundamentado cientificamente, dos graves problemas que a afligiam, o movimento sanitarista recrudesciu ao denunciar o estágio patológico em que se encontrava a população do Brasil e apresentava-se em oposição aos poderes oligárquicos, pois, segundo os defensores do sanitarismo, esses grupos, encastelados nas posições de Estado, se nutriam dos corpos infectados. Ao colocar-se como oposição aos costumes políticos de sua época, a ciência médica não deixava de expressar um de seus traços autoritários. A medicina social, como assinala Roberto Machado,

[...] lutando por sua hegemonia no Estado, se desenvolve juntamente com a idéia de centralização política, participando assim da própria luta pela constituição de um Estado centralizado no qual ela figuraria através de um órgão especializado.⁵⁹

Seu objetivo declarado era neutralizar os efeitos perniciosos da política através da propagação da verdade produzida pela ciência. Ela seria capaz de preencher as lacunas do discurso ideológico⁶⁰.

Numa crítica à estrutura política e social republicana, os agentes do movimento sanitarista procuravam mostrar que o processo de contaminação e inutilização das populações para o trabalho expressava-se numa via de mão dupla que interligava cidade/interior, litoral/sertão. Nessa lógica binária, o problema nacional percorria um círculo vicioso, pois as endemias rurais, em que predominava a tríade maldita, forneciam à cidade homens incapazes fisicamente; a cidade, por seu turno, em razão da decadência moral, oferecia ao sertão homens sífilíticos, alcoolizados e tuberculosos.

Assim, o sertão, segundo os sanitaristas, começava ‘pelos lados da avenida Central’. Era necessário urgência na aplicação dos cuidados médicos para

⁵⁹ MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 243.

⁶⁰ Para uma crítica ao estabelecimento de uma oposição entre ciência e ideologia, ver: DECCA, Edgar de. *1930. O silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 44 et seq.

sanear o Brasil, povoá-lo, enriquecê-lo e moralizá-lo, como disseminavam os *slogans* da Campanha Sanitarista. Esta era uma das estratégias de ação de seu projeto de modernização – aproximando-se do projeto eugenista –, que afirmava:

[A saúde do indivíduo e da coletividade] era a matriz de gestação do trabalho útil, do aperfeiçoamento da raça, da alegria, da moralidade e da riqueza... [e assim] o interesse humano que está acima de quaisquer considerações de natureza regional ou racial.⁶¹

Belisário Pena (1868-1939), nascido em Barbacena, Minas Gerais, médico formado pela Faculdade de Medicina de Salvador, publicou, em 1918, depois de enfrentar alguns percalços, o livro *Saneamento do Brasil*. A obra se constitui de duas partes: na primeira, uma compilação de artigos publicados no *Correio da Manhã* no final de 1916 e início de 1917, sob o título ‘Saneamento dos Sertões’; e uma segunda, que foi composta especialmente para o livro, em que esboça um programa de ação.

Recusando as representações idílicas dos sertões, o médico mineiro elege quatro moléstias, entre as várias doenças incidentes no interior do Brasil – sífilis, anquilostomíase, impaludismo e doença de Chagas –, acrescidas da indigência, que deveriam ser atacadas para que tivéssemos um trabalhador e um soldado aptos para as suas funções. Pena recusa também as explicações que inferiorizavam a população brasileira, baseadas nas teorias climáticas e raciais. Na verdade, a saúde seria a condição primordial para a formação do trabalhador brasileiro, de quem dependia a construção da nacionalidade. Nosso caboclo, sustenta Pena, é “uma vítima indefesa da doença, da ignorância e da deficiência ou do vício de alimentação”⁶². Nessas condições, os “nossos patricios esparsos nos vastos sertões são forças perdidas para a nação”⁶³.

Em sua crítica à República, Pena a considerava extemporânea, incapaz, nos moldes em que foi implantada, de promover a prosperidade moral e material da população. Portanto, a promoção de uma política higienista

⁶¹ Editorial. Saúde. 1: 4, 5, 6 (1918), p. 245, 246 *apud* LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Un estudio de la Revista Saúde, (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP/Organización Pan-Americana de la Salud, 1996. p. 135-158.

⁶² PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. p. 12.

⁶³ *Ibidem*, p. 17.

dependeria do saneamento da política, de uma reforma que centralizasse os poderes. Segundo o médico,

Todos os problemas relativos à salubridade das regiões e à saúde dos seus habitantes prendem-se intimamente aos da sua organização política e social. Cada um delles não pode ser resolvido sem o concurso dos outros: são rodas conjugadas de uma machina, que só funciona regularmente quando as suas engrenagens se ajustam e os seus eixos não se deslocam.

[...]

O problema economico do Brasil está contido na necessidade inadiavel de curar o homem rural, instruí-lo, fixal-o, e dar-lhe meios de alimentar-se convenientemente para que possa produzir o que produz um homem de saude normal.

[...]

Enquanto isso, a nação brasileira, cachetica, coberta de ulceras, e esfarrapada, implora a misericordia dos credores, suga aos quatro quintos dos seus filhos, vetando à meia nação, nos campos, nas pocilgas das cidades e villas e nos sertões, como ella cacheticos e em mulambos, o resto do sangue corrompido por varios germens, que ainda lhes corre nas veias, e devora-lhes as carnes magras, agarradas aos ossos, para pagar e manter a cubiça e a luxuria dos que já lhes destruíram a saude e os bens, e que em momento azado fugirão enriquecidos para outras terras deixando esta entregue a mãos estranhas.⁶⁴

As ressonâncias das verdades produzidas pelo movimento sanitaria observam-se na famosa virada de foco de Monteiro Lobato quanto ao seu diagnóstico da vida no sertão. O autor, em suas considerações iniciais, retratara o caboclo como um parasita, vegetando de cócoras, inadaptável à civilização, resistente ao progresso, entorpecido pela cachaça e pelo fatalismo, um preguiçoso e vicioso⁶⁵. Sob as influências dos saberes médicos, Lobato passou a atribuir esses males ao estado de saúde em que se encontravam as populações rurais brasileiras. Com efeito, Lobato também denunciou a existência de dezessete milhões de opilados, três milhões de idiotas, todos

⁶⁴ PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. p. 36, 51, 76.

⁶⁵ LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. A vingança da peroba; Velha Praga; Urupês. In: _____. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 55-70; 159-164; 165-176.

abandonados à retórica vazia dos intelectuais de gabinete e à inapetência governamental, concluindo

[...] que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital que em vez de lidado por enfermeiros é dirigido por bacharéis. E conclue-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos cientistas de verdade.⁶⁶

Ressaltava Lobato, fazendo coro com os sanitaristas, a necessidade de uma política higienizadora, capaz de restaurar as energias e instituir o trabalhador nacional, o que resultaria na prosperidade da lavoura. Reiterava então que a “nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação [...]. O caipira não ‘é’ assim. ‘Está’ assim”⁶⁷. Os saberes médicos diagnosticavam o mal e apresentavam soluções no âmbito da saúde e das práticas políticas que transformariam, conforme prometiam, o Brasil em nação civilizada⁶⁸.

Entre as vozes que discordavam do diagnóstico médico elaborado para o Brasil, seria Lima Barreto, sem desconsiderar o problema da saúde, quem nos remeteria a vista para as bases sobre as quais estavam assentadas as relações sociais. Ao comentar, em 1918, as qualidades do livro *Urupês*, sua boa acolhida no Rio de Janeiro, e as formulações de Lobato no seu *Problema Vital*, Lima Barreto vai à raiz do problema, ressaltando a legitimidade das prescrições médicas sob a influência dos sanitaristas. E assinala que

O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista

⁶⁶ LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. Três milhões de idiotas. In: _____. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 243.

⁶⁷ *Idem*. Um fato. In: _____. _____. p. 285, 286.

⁶⁸ SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos*. Representações do ‘trabalhador nacional’. 1870-1919. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau-amarelo*: uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 23-40; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985; NAXARA, Márcia R. C. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23/214, p. 181-190, 1991-2; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar ‘a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o ‘Problema Vital’.⁶⁹

Desde o final do século XIX, o sertão mineiro vinha sentindo as brisas da modernidade ao ver o seu artefato-símbolo, a locomotiva, tocar o seu território, interligando a região aos centros urbanos mais dinâmicos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As regiões do Triângulo e Alto Paranaíba foram integradas à malha ferroviária por intermédio da Companhia Mogyanna, que chegou a Uberaba em 1889, e pelas Estradas de Ferro Oeste de Minas, de 1881, e Estrada de Ferro Goiás, de 1907⁷⁰.

Não obstante as promessas de prosperidade e progresso material contidas no trânsito das locomotivas, os processos de dinamização da economia e modernização da região mantiveram-se lentos. As cidades permaneciam atravessadas pela precariedade, enquanto espaços urbanos. A despeito de abrigarem os poderes constituídos, legislativo/executivo e judiciário, e desenvolverem uma rede de serviços públicos com fornecimento de luz, água e telefone, não seria exagerado dizer que, um pouco além de 1930, os aglomerados urbanos da região apresentavam-se como extensão do mundo rural, seja pela estrutura física e pelos serviços públicos prestados à população, seja pelo modo de vida predominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os frutos do projeto modernizador presidido pelos sanitaristas chegaram à região no final da década de 1910 e início da década de 1920. Em 1918, como expressão da rápida circulação das formulações da medicina social, o jornal *A Notícia*, anunciando o início do processo de saneamento do Brasil, considera que

⁶⁹ BARRETO, Lima. O Problema Vital. In: _____. *Bagatelas*, 1918. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/indicecronicas.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

⁷⁰ Sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) e a Estrada de Ferro de Goiás (EFG), ver: LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A máquina, tração do progresso*. Memória da ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização. 1880-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

É o início de uma grande cruzada tendente a soerguer a nossa raça o atrophamento que lhe vae corroendo a característica original. É uma triste verdade proclamar-se que no Brazil, especialmente no interior do Paiz, a par dos males de ordem politico-social dissolventes, outros males campeam em caracter de verdadeiras endemias, transformando as populações em legiões de atrophados e de incapazes physica e moralmente.⁷¹

A manifestação da degenerescência, na opinião do articulista, se dava a conhecer nas “barbaras concepções de bruxarias a que se entregam convenientemente, a pratica de toda a sorte de preceitos requintadamente ignorantes, ou imaginários”⁷². O artigo mostrava ainda que um médico da cidade de Ipameri-Goiás, Dr. Oliveira Martins, se antecipara às ações do governo e, com base nos princípios higienistas, se ocupava de livrar os sertanejos da ignorância em que se encontravam. Através de palestras proferidas para o ‘povo’, colocava em curso as medidas saneadoras e mostrava a “necessidade de combater estados morbidos moraes, geradores de prejuizos physicos e sociaes, como a feitiçaria, as lamentações chronicas, o pessimismo desencorajador; os preconceitos perturbadores de toda especie”⁷³.

Ao tocar na questão da ‘bruxaria’ e ‘feitiçaria’, o autor do artigo expressava a expectativa de que a ciência se sobrepusesse às formas ‘irracionais’ de estar no mundo. Não obstante, ele também revelava os significados que a educação higienista projetava: a destruição, ou a moralização das práticas sociais não condizentes com os anseios de civilização. Para educar o povo ignorante, o Dr. Oliveira Martins organizava assim o

[...] seu programma de ensino ambulante: hygiene defensiva e prophylactica das grandes molestias que nos assolam constantemente como edemias; hygiene da nossa alimentação, da nossa casa, do vestuario, do trabalho: gravidez e partos, puericultura; cultura physica do adolescente e das creanças; os nossos recursos physicos naturaes; o dia de amanha depois da guerra.⁷⁴

⁷¹ PELO SANEAMENTO do Brazil. *A Noticia*, Uberabinha, n. 3, p. 1, 16 jun. 1918. Acervo ArPU.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*. Iniciativas de educação massiva com vistas a higienizar os hábitos e comportamentos dos brasileiros pobres são elementos importantes do projeto político de reforma social em-

O programa educativo, assim como suas matrizes, apresentava prescrições e intervenções de abrangência, tanto mais necessárias diante da gravidade do mal. Diagnosticados os múltiplos problemas a resolver, o saneamento se apresentava como o maior deles e “os demais, só terão feliz solução após a cura do grande doente”. Eram essas as considerações de uma ‘alma compungida’ de Uberabinha que lera a obra de Belisario Pena e concordava: “o nosso paiz é um doente em agonia. Dos seus vinte e cinco milhões de habitantes, quasi duas terças partes não sabem querer, não podem trabalhar, não raciocinam, não concorrem para a felicidade comum, não vivem: vegetam”. Era necessário combater essa situação abrindo espaço para que “apareça as fontes de energia da nação”⁷⁵.

Na capa de *Saneamento do Brasil*, em sua primeira edição, vê-se inscrita de modo elucidativo a frase: “Sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o”. Explicitava-se, assim, a hipótese de que partiram os projetos de modernização, especialmente o higienista. Contrariando as evidências, eles acreditavam que o sertão configurava-se num espaço vazio. Entretanto, o sertão, em sua vastidão, não estava vazio. Ao contrário, estava prenhe de trabalhadores nacionais. E, diferente do que previra Euclides da Cunha, foram eles condenados *pela* civilização⁷⁶.

Artigo recebido em 12/12/2010.

Aprovado em 22/04/2011.

preendida pelos sanitaristas. Ver: RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920-1950). Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 221-253.

⁷⁵ O GRANDE problema. *A Notícia*, Uberabinha, n. 12, p. 1, 25 ago. 1918. Acervo ArPU.

⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998, p. 15-34. FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001; SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.